



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

PROJETO DE LEI MUNICIPAL 022/2018, DE 1º DE AGOSTO DE 2018.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO VALENTIM-RS
ENTRADA

Protocolo n.º 086/2018 | Data: 02/08/2018
Hora: 15 h 50 min

ASSESSOR(A)

**Altera a Redação do artigo 12 da Lei
Municipal 2.244/2009, Criando Cargo
e dá Outras Providências.**

CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA, Prefeito Municipal de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

faz saber que enviou à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º. Altera o artigo 12, da Lei Municipal 2.244/2009, acrescendo o cargo de Agente Fiscal Fazendário, com a seguinte redação:

Artigo 12 (...).

NÍVEL	NÚMERO DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	PADRÃO DE VENCIMENTO
SUPERIOR	(...)	(...)	(...)
	01	Agente Fiscal Fazendário	14
	(...)	(...)	(...)

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30
Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fone: (51) 32070-1006 / 32070-1001 – E-mail: 07-610-070-10001-10





Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

Art. 2º. As sínteses de atribuições do cargo passam a constar com as alterações devidas, bem como a numeração dos padrões de vencimentos.

Art. 3.º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito, 1º de agosto de 2018.

CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

QUADRO: Permanente de Cargos

CARGO: Agente Fiscal Fazendário

NÍVEL: Superior

PADRÃO DE VENCIMENTOS: 14

SÍNTESE DOS DEVERES:

Orientar e esclarecer os contribuintes, quanto ao cumprimento das obrigações legais, referentes ao pagamento de tributos, empregando os instrumentos ao seu alcance, para evitar a sonegação e proteger os interesses da Fazenda Municipal, e executar trabalhos na fiscalização e no lançamento dos tributos de competência do Município.

ATRIBUIÇÕES:

- Instruir o contribuinte sobre o cumprimento da Legislação Tributária;
- Fiscalizar os contribuintes;
- Coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa;
- Fazer o lançamento, cobrança e controle dos recebimentos de Tributos;
- Observar que os lançamentos fiscais sejam realizados dentro do calendário fiscal do Município;
- Executar Diligências Fiscais, verificando em estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, a existência e autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação específica. Verificar a regularidade das escritas destes livros, bem como, levantar possíveis diferenças de tributos não recolhidos;
- Verificar os registros de pagamentos de tributos nos documentos em poder dos contribuintes;
- Apresentar, através da chefia, subsídios necessários às decisões superiores para a adequação da política tributária às demandas e aspirações dos contribuintes compatibilizando-as com as determinações de âmbito Estadual e Federal;
- Sugerir medidas destinadas a promover a integração do sistema fiscalizador do Município com os estaduais e federais de ajustes, acordos e convênios;
- Manter contatos com dirigentes de unidades fazendárias e extra-fazendárias, relacionados

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ. 87.612.270/0001-10





com o Sistema de Fiscalização;

- Analisar as repercussões das instruções e normas de fiscalização em vigor, propondo medidas corretivas, quando for o caso;
 - Colaborar para o aperfeiçoamento da Legislação Tributária Municipal, propondo medidas que visem melhorar os mecanismos de arrecadação;
 - Efetuar estudos sobre incidências de fraudes fiscais, analisando dados e examinando a viabilidade de propostas para detectá-las;
 - Efetuar pesquisas e investigações objetivando programar a fiscalização em todos os setores municipais;
 - Acompanhar as auditorias e perícias contábeis-fiscais, junto a pessoas físicas ou jurídicas;
 - Estudar e informar processos na área de suas atribuições, inclusive as que importem em defesa da Fazenda Municipal em juízo;
 - Autuar e notificar contribuintes, bem como contestar as respectivas impugnações;
 - Debater em reuniões de trabalho os problemas jurídico-tributários, identificados na ação fiscal, para compor normas e instruções de serviços;
 - Orientar os contribuintes quanto ao cumprimento de leis e regulamentos fiscais, em plantões e campanhas educativas;
 - Investigar a evasão ou fraude no pagamento de tributos;
 - Fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas;
 - Informar processos referentes a valor estimado de imóveis, (Estimativa Fiscal);
 - Lavrar autos de infrações e apreensões, bem como termos de exame de escrita, fiança, responsabilidade, intimação e documentos correlatos;
 - Dar pareceres em processos sobre pedidos de isenções e nos recursos contra o lançamento;
 - Verificar as mercadorias e respectivos documentos em trânsito no Município;
 - Requisitar o auxílio de força pública, ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências ou inspeções;
 - Propor a realização de inquéritos ou sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal;
 - Promover o lançamento e cobrança da contribuição de melhoria, conforme diretrizes previamente estabelecidas;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

- Sugerir a realização de campanhas de relações públicas nas épocas de cobrança dos Tributos Municipais;
- Propor medidas relativas à legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal, bem como ao aprimoramento das práticas do sistema arrecadador do Município;
- Auxiliar na elaboração do relatório geral e de fiscalização;
- Promover a inscrição de Dívida Ativa dos Contribuintes que não saldarem seus débitos nos prazos regulamentares, bem como manter assentamentos individualizados dos devedores inscritos;
- Emitir Certidão da Dívida Ativa;
- Sugerir a revisão do lançamento de Tributos, sempre que se verificar erro na fixação da base tributária;
- Orientar e treinar os Agentes Auxiliares de Fiscalização e outros servidores auxiliares na execução das tarefas típicas;
- Dirigir veículos oficiais para exercer atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado, e autorizado por chefia ou autoridade superior.
- Executar outras tarefas afins

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Horário de trabalho: 36,15 horas semanais;
- b) Outras: O exercício do cargo poderá exigir a realização de horário suplementar.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Seleção em concurso público, na forma estabelecida pela legislação municipal e critérios estabelecidos em edital;
- b) Idade mínima: 18 anos completos;
- c) Escolaridade: Curso Superior em Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Direito, com registro profissional no órgão de classe, na forma da legislação em vigor.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

JUSTIFICATIVA

Ao cumprimentarmos Vossas Excelências, justificamos o envio do presente Projeto de Lei, a fim de que possamos criar o cargo de Agente Fiscal Fazendário, para suprir a ausência de citado cargo do quadro de cargos do município, atendendo assim orientação da Auditoria Regional do Tribunal de Contas do Estado e, para que seja melhorada a prestação de serviços tributários à população.

Desde já, contamos com a habitual sensibilidade de Vossas Excelências para apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA
Prefeito Municipal